

OS MIL NOMES DO ANTROPOCENO

A THOUSAND NAMES OF THE ANTHROPOCENE

Lucia SANTAELLA¹

Resumo: O tema do Antropoceno encontra-se entre os mais sérios desafios que a humanidade hoje enfrenta. Ignorá-lo tornou-se impossível dado o fato de que a crise climática hoje afeta o planeta e cada um de nós. Conhecer o problema é uma forma de conscientização e consequente busca de enfrentamento por mais modesta que seja. Este artigo tem por objetivo fornecer um panorama breve, mas amplo, das condições atuais que envolvem esse tema. Para isso, o artigo discorre sobre os trabalhos pregressos da autora, seguido de um levantamento e comentários críticos da literatura sobre o tema para terminar na necessidade de um repensamento profundo da ontologia do humano no contexto da crise.

Palavras-chave: Antropoceno. Crise. Ontologia. Panorama. Crítica.

¹ Docente da PUC. E-mail: lbraga@pucsp.br

Abstract: The Anthropocene is among the most serious challenges facing humanity today. Ignoring it has become impossible given the fact that the climate crisis now affects the planet and each of us. Understanding the problem is a way to raise awareness and, consequently, to address it, however modest. This article aims to provide a brief but broad overview of the current conditions surrounding this issue. To this end, the article discusses the author's previous work, followed by a survey and critical commentary of the literature on the topic, concluding with the need for a profound rethinking of the ontology of the human in the context of the crisis.

Keywords: Anthropocene. Crisis. Ontology. Panorama. Critique.

Introdução

Para dar início a uma conversação, é relevante buscarmos uma definição do Antropoceno por mais simples e breve que seja, sem ocultar que o tema está carregado de complexidades. A palavra vem do grego *anthropos*, que significa humano, e *kainos*, que significa novo. Trata-se de uma hipótese científica, ainda não confirmada pelas exigências geológicas, mas de ampla aceitação na filosofia, ciências sociais, antropologia etc. que propõe a ideia, acompanhada de evidências – tais como os transtornos climáticos e perdas da biodiversidade – de que o peso destrutivo do humano sobre o planeta chegou ao ponto de marcar a passagem do equilíbrio do Holoceno para um novo período geológico carregado de riscos.

Para se ter uma ideia da interdisciplinaridade e do nível de atenção que os teóricos e críticos têm dado à questão, em referência ao evento *Os mil nomes de Gaia*, posteriormente encontrado em dois livros (Danowski *et al.*, 2022, 2023), “assim como Gaia, o Antropoceno pode se desdobrar em mil nomes”, metamorfoseando-se em vários “cenos”. A multiplicidade de nomes “tensiona a qualidade analítica e o alcance epistemológico do Antropoceno, oferecendo contrapontos, refutações, réplicas, liames” (Petrucci, 2024, p. 34). Seguindo esta autora, vale a pena mencionar alguns desses nomes, que não cessam de proliferar, o que é significativo para evidenciar a onipresença prismática da questão na contemporaneidade: Androceno, Angloceno, Capitaloceno, Cthuloceno, Ecoceno, Necroceno, Negroceno, Piroceno, Plantropoceno, Plantationceno. E tem mais: Agnatoceno, Bioceno, Ginoceno, Homogenoceno, Negantropoceno, Termoceno, Tanatoceno, Fagoceno, Phronoceno, Polemoceno (Clarke, 2020, p. 244). E mais: Misanthropoceno, Antrobsceno, Tecnoceno, Socioceno (Angus, 2023, p. 258). Como se pode ver, cada um dos prefixos acentua um dos aspectos desse fenômeno plurifacetado, de resto um aspecto que passei a desenvolver, de um ponto de vista semiótico, sob o nome de Semioceno (Santaella, 2025). Embora a variedade dos nomes seja abundante, sob todos eles existe uma base comum que costuma receber o nome de Antropoceno.

Percorso autoral sobre o tema

O tema começou a despertar minha atenção por volta de 2014, o que me levou, logo depois, a publicar um artigo voltado para os efeitos da grande aceleração (que é tomada como uma característica do Antropoceno) no campo da comunicação (Santaella, 2015). Em síntese, o artigo propõe que, desde a revolução industrial que inaugurou, no campo da comunicação, a era da reproduzibilidade técnica, novas tecnologias midiáticas não cessam de emergir em um ritmo cada vez mais intenso até se tornar verdadeiramente avassalador a partir do advento do universo digital, seguido pela explosão das mídias e hoje no seu estágio de desenvolvimento ininterrupto da Inteligência Artificial (IA). A emergência crescente de tecnologias midiáticas a que assistimos, e que chamo de era das mídias, seguido pela cibercultura (Santaella, 2003), não é um fenômeno isolado, mas deve ser inserida no contexto bem mais amplo daquilo que os especialistas em mudanças climáticas e geologia estão chamando de “grande aceleração”.

Para realizar a inserção do aceleracionismo no campo da comunicação, o artigo tomou como roteiro metodológico o levantamento e estudo de dados bibliográficos, de um lado, relativos à evolução midiática desde a revolução industrial no século XIX, com o advento da câmera fotográfica, o gramofone e a máquina de escrever (Kittler, 2019), até os nossos dias. De outro lado, também pesquisou dados relativos ao crescimento desmedido do gasto de fontes energéticas do planeta inteiramente imerso na circulação perversa do mercado capitalista que, de resto, a IA está levando às últimas consequências. A comparação entre os dados, tanto de um quanto de outro lado, conduziu à constatação de uma interrelação indissolúvel entre ambos. Esse percurso conduziu-me à conclusão de que a aceleração midiática é parte integrante e contribui a seu modo para a grande aceleração que está levando o planeta Terra a uma nova era geológica.

Algum tempo depois, o tema retornou com mais força quando tive que enfrentar as ambivalências, as contradições e os paradoxos da sétima e atual era comunicacional cognitiva, que, no livro *Neo Humano* (Santaella, 2023), chamei de era da dataficação. No capítulo sob o título de “Consequências sociopsíquicas e ambientais do limiar tecnológico”, discuti os desafios trazidos pela Inteligência Artificial e pelo Antropoceno, tratando este na perspectiva do “preço a pagar”. Não podiam faltar menções às inestimáveis contribuições de Bruno Latour (2017, 2018, 2020) sobre Gaia, quando chama de holística a teoria de Lovelock (2019) sobre Novacene, que, sem se confundir com quaisquer ilações de pampsiquismo, coloca em relevo que as coisas vivas fabricam seus próprios mundos, gerando um intermundo, no qual não há indivíduos separados – uma célula, uma bactéria, um vírus, um humano – pela simples razão de que estão todos interligados em um sistema de intercâmbios: alguns seres vivos respiram e metabolizam o que outros seres vivos excretam.

Os pontos centrais discutidos nessa parte do livro colocam ênfase no fato de que, inicialmente restrito ao campo das geociências, o Antropoceno ultrapassou rapidamente suas fronteiras disciplinares, tornando-se não apenas um problema científico, mas

também cultural, político e filosófico, mobilizando áreas como a sociologia, a ciência política, a história, os estudos literários e midiáticos.

Muitos autores têm chamado atenção para o fato de que o Antropoceno traz em seu núcleo um paradoxo. Ao colocar o humano no centro das transformações planetárias, o conceito reproduz o antropocentrismo que foi justamente o responsável pela crise ecológica. Essa contradição levou ao surgimento de propostas alternativas, como o Mesoceno (Petronio, 2021), que busca deslocar a ênfase da centralidade do humano para as inter-relações e interdependências entre sistemas vivos e não vivos. Segundo o autor, o humano aparece como uma figura paradoxal: ao mesmo tempo agente de destruição e responsável político pela busca de soluções, um anti-herói convocado à responsabilidade planetária.

Entre importantes bases conceituais, que alimentam o debate, destacam-se a hipótese Gaia e a ciência do Sistema Terra. Enquanto Lovelock e Latour propõem compreender a Terra como um organismo vivo, autorregulado e interdependente, em que os seres vivos não apenas habitam, mas moldam seus ambientes, os pesquisadores do Sistema Terra enfatizam uma abordagem transdisciplinar que concebe a Terra como sistema físico-químico-biosocial em coevolução. Apesar das diferenças, ambas as perspectivas convergem na necessidade de superar dicotomias tradicionais como natureza e cultura, e de integrar ciências naturais e sociais para dar conta da complexidade dos processos em curso.

O debate ganha contornos políticos mais explícitos quando deslocado para a noção de Capitaloceno, que identifica no capitalismo industrial e financeiro o motor sistêmico da devastação ambiental, conforme detalhes mais à frente. Nesse cenário, também de teor político, emergem ainda leituras feministas e pós-humanas que buscam descentrar o humano e propor novas formas de convivência multiespécies. Relevantes no cenário são Donna Haraway (2015, 2016, 2019, 2021) com o “Chthuluceno”, ao sugerir a necessidade de alianças entre humanos e não-humanos como forma de revitalização da Terra, enquanto Jane Bennett (2010) defende uma ecologia política que reconheça a agência da “matéria vibrante” dos objetos e coisas. Joanna Zylinska (2014), por sua vez, propõe uma ética mínima que resista a soluções rápidas, defendendo uma responsabilidade discursiva e política à altura da complexidade do Antropoceno.

Assim, o Antropoceno não se limita a uma nova periodização geológica, mas constitui um nó epistemológico e cultural que exige revisão conceitual, integração de saberes e assunção de responsabilidades políticas e éticas. Mais do que um nome, trata-se de um campo de disputa que revela o entrelaçamento inextricável entre ciência, cultura e política, no qual está em jogo a sobrevivência da vida no planeta.

Tal discussão despertou o desejo para o desenvolvimento do meu novo projeto de pesquisa no CNPq que deverá resultar em um livro em progresso sob o título de “O arco-íris da semiosfera”. O projeto propõe a direção das interligações de todos os reinos da

Terra, sem hierarquias, mas sim em uma horizontalidade que cresce em complexidade semiótica e cognitiva, culminando no humano hoje em estado de simbiose com as tecnologias comunicacionais e cognitivas. Para isso, foi necessário, antes de tudo, um aprofundamento da pesquisa no Antropoceno, uma espécie de caminho pelo avesso para uma avaliação das perdas e riscos com vistas ao fortalecimento ético da busca por um roteiro estratégico de enfrentamento, modesto, mas eficaz. É onde o projeto pretende chegar.

Mais recentemente minha pesquisa específica sobre o Antropoceno amadureceu e foi sintetizada em um longo artigo (Santaella, no prelo) com o título de "Antropoceno: Terra incógnita" cuja síntese apresenta-se como se segue. Não obstante a magnitude do problema, em março de 2024, com bastante repercussão internacional, o conceito de Antropoceno foi rejeitado pela Comissão Internacional de Estratigrafia, da União Internacional de Ciências Geológicas, como uma nova época geológica, que sucederia ao Holoceno.

Contudo, a preocupação interdisciplinar é contínua, diante do fato de que a marca humana no ambiente global tornou-se agora tão grande e ativa que rivaliza com algumas das grandes forças da Natureza no seu impacto no funcionamento do sistema Terra. A influência humana em escala global sobre o meio ambiente já havia sido reconhecida desde 1800, mas, só recentemente, a partir de 2000, o termo Antropoceno, que já havia sido introduzido por volta dessa época, mesmo sem o respaldo da geologia, a sua ciência específica, tornou-se amplamente reconhecida. Já em 2011, Steffen *et al.* defendiam o reconhecimento formal do Antropoceno como um nova época na história da Terra, argumentando que o advento da Revolução Industrial em torno de 1800 fornece uma data de início lógica para a nova época. As tendências recentes em evolução do Antropoceno, à medida que a humanidade avança no século 21, revelam mudanças profundas em nosso relacionamento com o resto do mundo vivo, reclamando por tentativas e propostas para gerir o nosso relacionamento com os grandes ciclos geofísicos que impulsionam o sistema climático da Terra. Após uma pesquisa exploratória das condições em que se encontra a discussão atualmente, especialmente com as discussões sobre as nove fronteiras planetárias, o artigo acima citado (Santaella, no prelo) desenvolveu um panorama detalhado e crítico sobre a questão.

Em suma, não há mais como ignorar, diante da crise climática que afeta sensivelmente nossas vidas no seu dia a dia, a evidência de que é necessário repensar na sua radicalidade um modo diferente de convivência dos humanos entre si e igualmente entre humanos e não humanos.

A crescente literatura sobre o tema

Nos últimos anos, o número de publicações sobre Antropoceno, vindas de áreas diversas, cresceu significativamente. A última seleção que realizei demonstra que há temas que estão perto do consenso. O primeiro deles diz respeito à grande aceitação

da substituição do nome Antropoceno por Capitaloceno. Elaborado pelos marxistas W. Moore e A. Malm (ver Moore, org., 2022), a discussão recai sobre a ideia de imputar ao humano em si àquilo que cabe ao modo de produção extrativista, ao sistema político desengajado e ao consumo predatório. Além disso, embora vivamos sob o domínio do modo de produção turbocapitalista, a questão do Antropoceno não deveria ser tratada sob a generalidade de um único conceito, o capital, por mais que este seja complexo. Nem todos os seres humanos são iguais, as diferenças geopolíticas são gritantes, pois assim como há uma distribuição de bens, existe também uma distribuição de males que se torna mais evidente em situações de desastres ecológicos ou epidêmicos como foi o caso da Covid-2019. A rigor, as pegadas ecológicas são desiguais entre as Nações. Há regiões em que elas pesam, enquanto em outras elas são fracas, constituindo uma espécie de gangorra entre a riqueza e a pobreza.

Igualmente, para Chacrabarty (*apud* Oliveira; Marini, 2022, p. 82), limitar-se ao capital também não é suficiente para dar conta da complexidade do problema. Há muitos outros fatores, que dependem do conhecimento profundo da história da humanidade e que contribuem para os desastres das crises climáticas. Também de acordo com Marino e Bentivoglio (2024, p. 16), para Domanska a crise planetária atual, na sua relação com a história da humanidade, não poderia ser compreendida somente por meio de teorias que costumam ser acionadas, como as teorias da globalização, da análise marxista e nem mesmo apenas com os aportes da crítica pós-colonial. De todo modo, falar em Capitaloceno, segundo Bonneuil e Fressoz (2024, p. 335), tem efeitos heurísticos especialmente relativos à diversidade dos impactos humanos decorrentes do descontrole ecológico do planeta.

Quando se fala em capitaloceno, a ênfase da questão é colocada sobretudo em seus aspectos econômicos e, sem dúvida, políticos. Considere-se, no entanto, que a mera menção ao termo Antropoceno já leva consigo a marca do político, na medida em que quaisquer tipos de ação de enfrentamento do problema, mesmo que não tenham vocação empírica ou militante, são, por princípio, políticas, até mesmo cosmopolíticas, como quer Stengers (2015).

Outro tema muito repetido é o da necessidade de redefinição da ontologia do humano, já antecipada por aquilo que nomeio como “neo humano” na era dataficada (Santaella, 2022). Naquilo que concerne ao Antropoceno, conforme já foi discorrido em Santaella (2025), trata-se de uma exigência da “descomunal perturbação humana” (Tsing, 2019, p. 246) ou “vertigem da humanidade” (Bonneuil; Fressoz, 2024, p. 102) que implica, antes de tudo, abandonar alguns dos princípios do iluminismo burguês e industrial, aqueles que pregam a centralização do sujeito moderno como agente emancipado, agindo de modo consciente em sua história e que tem a natureza sob seu domínio. Sobretudo um sujeito senhor de si que foi desmistificado pela descoberta freudiana do inconsciente. Ademais, a noção de humano ancorada no biológico, de um lado, e no filosófico do outro, ou então sociocentrada em sujeitos humanos não nos dá mais meios para pensar sobre uma necessária nova ontologia do humano, particularmente no contexto do Antropoceno.

A definição humanista de ser humano como a medida de todas as coisas e sua fixação no sujeito narcísico e autônomo não encontra respaldo no mundo atual, pois na verdade, esse sujeito tido como “o humano”, que os teóricos do gênero têm criticado, revelou-se como o homem branco, de classe média, europeu. É preciso reconhecer o valor dos estudos sobre os animais. Temos muito a aprender com os animais, como também colocarmo-nos ao lado deles. “A atribuição de agência a animais não humanos, plantas, objetos materiais e natureza em geral caracteriza as visões de mundo não ocidentais.” Vem daí o interesse nas cosmologias indígenas, nas formas de conhecer e no conhecimento indígena penetrando as academias (Domanska, 2024, p. 60, 72, 87, Santaella; Cruz, 2024).

Diante disso, Oliveira e Marini (2022, p. 85) propõem explodir a humanidade tomada como unidade homogênea da espécie, composta por unidades discretas de indivíduos fechados em si, coerentes e autônomos, fonte primeira do individualismo ocidental, implicando, em lugar de meramente explodir, na verdade, implodir a pretensa individualidade exclusiva da espécie *homo*.

| Por uma ontologia pluralista

Tudo isso implica aliar-se às críticas constantes às onipresentes dicotomias ocidentais. Razão tem Petrucci (2024, p. 27) ao declarar que o Antropoceno “anuncia o desgaste das conceitualizações binárias que até então orientavam o sensível, como natureza vs. cultura, civilização vs. barbárie, humano vs. animal.” Implica também a descentralização do humano, que tendo ocupado o topo da hierarquia dos viventes, deve agora perder seu lugar no trono do antropocentrismo, abandonando a separação entre humano e não humano. Mais importante é o abandono do mito da excepcionalidade e exclusividade humana que acaba por justificar a relação predatória contra os ecossistemas terrestres e as outras espécies. Patológico ou não, nenhum tipo de narcisismo é capaz de recusar que compartilhamos o planeta com viventes outros-que-humanos e que vivemos junto com “placas tectônicas e vulcões enquanto agentes de interferência geológica” como exemplos de que “estamos simultaneamente, capturados por e situados em agenciamentos sobre os quais não temos ingerência” (Petrucci, *ibid.*).

Por marcar o encontro entre o tempo humano e o tempo da Terra, das ações humanas e das ações não humanas, o Antropoceno mina a grande divisão temporal, ontológica, epistemológica e institucional entre natureza e cultura (Bonneuil; Fressoz, 2024, p. 58). Quando surgem personagens compósitos como gente-máquina e gente-bicho, é a própria humanidade que é colocada em questão (Sztutman, 2022, p. 158). Essa constatação intensifica-se sobremaneira com o advento da IA generativa, em especial o ChatGPT, uma estranha criatura não-orgânica que perturbadoramente fala como se fosse gente.

Embora a crítica às grandes e pequenas dicotomias seja constante, para Viveiros de Castro (1996, p. 116), “essa fluorescente indústria da crítica ao caráter ocidentalizante

de todo dualismo”, que “tem advogado o abandono de nossa herança conceitual dicotômica, apresenta alternativas que até agora se resumem a desideratos pós-binários um tanto vagos.” Concordo com essa crítica da crítica, mas na pesquisa em progresso em que estou envolvida, proponho romper com essa vaguezza por meio de um complexo arcabouço lógico-semiótico processual.

Por enquanto, contudo, é preciso expor a proposta ontológica pluralista, proveniente de vários autores. Vinda de Domanska (2024, p. 32-33, 47), por exemplo, tal proposta implica “repensar fundamentalmente nossas compreensões da vida, da natureza humana, do sagrado, da religião”. Também é necessário repensar a relação entre humano/não humano, orgânico/não orgânico, sendo mandatária transcender o antropocentrismo e seu entendimento redutivo também do mundo material como algo vazio, morto e sem agência. Urge explicitar a realidade nas perspectivas de pesquisas horizontais, em uma ontologia da conectividade sob as influências das ciências e estudos da tecnologia e do contemporâneo neomaterialismo, “que examinam as relações entre humanos, coisas e física quântica, isto porque não há um único organismo que possa existir sem uma rede de outras formas de vida que o cerca e o faz existir” (*ibid.*).

Isso significa colocar em crise a ideia de uma “monontologia” em prol de ontologias se fazendo no plural. Significa aderir à proposta do “Chthuluceno”, de Haraway, “à agência transversal e constante dos seres telúricos e subterrâneos, da vida bacteriana que esteve se agrupando e se desenvolvendo desde os primórdios das eras geológicas.” O que é chamado de “espécies companheiras vai muito além dos gatos e cachorros que nos acostumamos a chamar de filhos: elas contemplam todos os seres orgânicos de acordo com uma ética de responsabilidade compartilhada” (Petrucci, 2024, p. 52-53).

Os escritos recentes que consultei, alguns deles aqui comentados, são unâimes na formulação da pergunta-chave e crucial: como viver e sobreviver no Antropoceno? Os caminhos de resposta levam, antes de tudo, à desconfiança da grande narrativa unificadora da espécie e da redenção de uma única ciência que a acompanha. Isso leva tanto ao reconhecimento da crise do pensamento quanto à demanda de que “é chegada a hora de divisar novos modos de pensar e não só de fazer. [...] novos modos de pensar o próprio pensamento” (Petrucci, 2024, p. 24). Para Bonneuil e Fressoz (2024, p. 15), por seu lado, é necessário “forjar novas narrativas e, portanto, novos imaginários para o Antropoceno”. Ou seja, narrativas que se constroem em uma nova chave: não apenas do bio, mas do geo, quer dizer, a de uma sociobiogeoesfera (*ibid.*, p. 102, 128). Essa é a lição que, tanto no plano teórico quanto no plano das práticas da vida, temos que assimilar. Seu nome, como quer Isabelle Stengers (2015) é “cosmopolítica”.

Referências

ANGUS, I. *Enfrentando o antropoceno*. Tradução Glenda Vincenzi e Pedro Davoglio. São Paulo: Boitempo, 2023.

BENNET, J. *Vibrant matter. A political ecology of things*. Durham, NC: Duke University Press, 2010.

BONNEUIL, C.; FRESSOZ, J. B. *O acontecimento Antropoceno. A terra, a história e nós*. Tradução Marcela Vieira. Campinas: Quina Ed/Ed. da Unicamp, 2024.

CLARKE, B. *Gayan Systems*: Lynn Margulis, neocybernetics, and the end of the Anthropocene. Minnesota: University of Minnesota Press, 2020.

DANOWSKI, D.; VIVEIROS DE CASTRO, E.; SALDANHA, R. *Os mil nomes de Gaia*. São Paulo: Ed. Machado, 2022, 2023. vol. 2.

DOMANSKA, E. *A história para além do humano*. Tradução Taynna Marino e Hugo Merlo. Rio de Janeiro: FGV editora, 2024.

HARAWAY, D. Anthropocene, Capitalocene, Plantationocene, Chthulucene: Making kin. *Environmental Humanities*, v. 6, p. 159-165, 2015.

HARAWAY, D. Tentacular thinking: Anthropocene, Capitalocene, Chthulucene. *Journal #75*, set. 2016. Disponível em: <http://www.e-flux.com/journal/75/67125/tentacular-thinking-anthropocene-capitalocene-chthulucene/>. Acesso em: 03 maio 2017.

HARAWAY, D. *Generar parentesco en el Chthuluceno*. Tradução Helen Torres. Bilbao: Edición Consonni, 2019.

HARAWAY, D. *O manifesto das espécies companheiras*. Cachorros, pessoas e alteridade significativa. Tradução Pê Moreira. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2021.

KITTLER, F. A. *Gramofone, filme, typewriter*. Tradução Daniel Martineschen e Guilherme Contijo Flores. Belo Horizonte/Rio de Janeiro: Ed. UFMG e EdUERJ, 2019.

LATOUR, B. *Facing Gaia. Eight lectures on the new climate regime*. Tradução Cathy Porter. London: Polity Press, 2017.

LATOUR, B. Bruno Latour tracks down Gaia. *Los Angeles Review of Books*, 2018. Disponível em: <https://lareviewofbooks.org/article/bruno-latour-tracks-down-gaia/>. Acesso em: 02 nov. 2020.

LATOUR, B. *Onde aterrar?*: como se orientar politicamente no Antropoceno. Tradução Marcela Vieira. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020.

LOVELOCK, J. *Novacene: The coming age of hyperintelligence*. Harmondsworth: Penguin, 2019.

MARINO, T.; BENTIVOGLIO, J. Apresentação. Teoria da história, Antropoceno e pós-humanismo. In: DOMANSKA, E. *A história para além do humano*. Tradução Taynna Marino e Hugo Merlo. Rio de Janeiro: FGV editora, 2024. p. 09-22.

MEIJER, E. *Animal Languages*. Tradução Laura Watkinson. Cambridge, Mass.: The MIT Press, 2019.

MOORE, J. W. (org.). *Antropoceno ou capitaloceno? Natureza, história e crise do capitalismo*. Tradução Antonio Xerxenesky e Fernando Silva e Silva. São Paulo: Ed. Elefante, 2022.

OLIVEIRA, J. C. de; MARINI, M. Estilhaços do humano. Fabulações especulativas sobre por onde podemos caminhar. In: MARRAS, S.; TADDEI, R. (org.). *O Antropoceno. Sobre modos de compor mundos*. Belo Horizonte: Fino Trato, 2022. p. 81-110.

PETRONIO, R. *Por que o futuro será uma era dos meios?* São Paulo: Estação das Letras e Cores Ed., 2021.

PETRUCCI, M. *O Antropoceno. Da crise climática à crise do pensamento*. Porto Alegre: Contratempo, 2024.

SANTAELLA, L. *Culturas e artes do pós-humano. Da cultura das mídias à cibercultura*. São Paulo: Paulus, 2003.

SANTAELLA, L. A grande aceleração e o campo comunicacional. *Intexto*, Porto Alegre, UFRGS, n. 34, p. 46-59, set./dez. 2015.

SANTAELLA, L. *Neo-humano. A sétima revolução cognitiva do Sapiens*. São Paulo: Paulus, 2022.

SANTAELLA, L. A alternativa do semioceno entre os mil nomes do antropoceno. Antenor Ferreira Corrêa (org.) *Tecnoceno: poéticas artísticas diante dos desafios ambientais*. 1. ed. Brasília: Universidade de Brasília, 2025. v. 1, p. 7-18.

SANTAELLA, L. Terra incógnita. *Revista Teccogs. Revista do PEPG em Tecnologias da Inteligência e Design Digital*. (no prelo)

SANTAELLA, L.; CRUZ, K. *Amazônia digital*. São Paulo: Estação das Letras e Cores, 2024.

STEFFEN, W. et al. The Anthropocene: conceptual and historical perspectives. *Phil. Trans. R. Soc. A*, v. 369, p. 842-867, 2011.

STENGERS, I. *No tempo das catástrofes*. São Paulo: Ubu editora, 2015.

TSING, A. L. *Viver nas ruínas: paisagens multiespécies no Antropoceno*. Tradução Thiago Mota Cardoso *et al.* Brasília: Ed. Mil Folhas, 2023.

VIVEIROS DE CASTRO, E. *Os pronomes cosmológicos e o perspectivismo ameríndio*. Rio de Janeiro: Mana, 1996.

ZTUTMAN, R. No limiar entre ciência e ficção: especulação e imaginação para responder ao Antropoceno. In: MARRAS, S.; TADDEI, R. (org.). *O Antropoceno. Sobre modos de compor mundos*. Belo Horizonte: Fino Trato, 2022. p. 133-188.

ZYLINSKA, J. *Minimal ethics for the Anthropocene*. Ann Arbor: Michigan University Press, 2014.

Como citar este trabalho:

SANTAELLA, Lucia. Os mil nomes do antropoceno. CASA: *Cadernos de Semiótica Aplicada*, São Paulo, v. 18, n. 2, p. 44-54, dez. 2025. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/casa/index>. Acesso em “dia/mês/ano”. <http://dx.doi.org/10.21709/casa.v18i2.20546>.